

A ECONOMIA DE RICARDO SOB TRÊS PONTOS DE VISTA¹

Liderau dos Santos Marques Junior²

RESUMO

Este artigo analisa a economia de Ricardo sob os pontos de vista de Sraffa, Stigler e Hollander. Após a resenha das interpretações, concluiu-se que as interpretações do Ensaio de Sraffa e de Stigler concordam em que Ricardo determinou a taxa de lucro em termos de quantidades físicas de produto e que as interpretações dos Princípios de Stigler e Hollander concordam em que o que causa a queda das taxas de lucro é a elevação da taxa de salário monetário.

Palavras-chave: economia de Ricardo, teorias da distribuição e do valor.

1 INTRODUÇÃO

O objeto do trabalho é a resenha de três interpretações que descrevem a economia de Ricardo nas suas duas facetas, a do *Ensaio* e a dos *Princípios*. O objetivo é analisar a economia de Ricardo sob três diferentes prismas.

Na segunda seção, tem-se a resenha das interpretações: a primeira, de Sraffa (1959,1982), que diz que, tanto no *Ensaio* como nos *Princípios*, Ricardo utiliza-se de um mesmo fundamento racional para explicar a formação da taxa de lucro, essa sendo concebida como a relação entre o excedente e o capital investido, ambos expressos em termos físicos (trigo) ou em termos de valor (quantidade de trabalho incorporada); a segunda é a de Stigler (1952) que vê diferenças marcantes entre o *Ensaio* e os *Princípios*, o primeiro contendo somente dois elementos do sistema ricardiano, a saber, a teoria da renda e a influência dos retornos decrescentes na agricultura sobre a taxa de lucros, e o segundo contendo mais dois elementos, a teoria dos salários de subsistência e a medida do valor. A terceira e última é a de Hollander (1988), o qual propõe que,

¹ Este trabalho é parte da dissertação de mestrado do autor cujo título é *Sistemas ricardianos: uma revisão e um esboço do sistema ricardiano canônico*. Informa-se que foram feitas algumas modificações a fim de melhorar a exposição das idéias.

² Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Unisc e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da FAPCCA. Mestre em Economia (Ufrgs).

tanto no *Ensaio* como nos *Princípios*, a relação inversa estabelecida por Ricardo é entre salários monetários e lucros.

Na terceira seção, apresentam-se as seguintes conclusões: Sraffa e Stigler concordam em que Ricardo, no *Ensaio*, explicou a determinação da taxa de lucros em termos de quantidades físicas; Hollander discorda desses autores ao afirmar que a relação inversa é entre salários monetários e a taxa de lucro. Quanto aos *Princípios*, a divergência que surge entre as interpretações é a seguinte: enquanto Sraffa argumenta que, em vez de trigo, é o trabalho necessário para produzir as mercadorias que determina a taxa de lucro geral, Stigler e Hollander sustentam que, com o progresso da sociedade, há uma elevação da taxa de salário monetário e, conseqüentemente, uma queda das taxas de lucro nos diversos ramos da economia.

2 INTERPRETAÇÕES DA ECONOMIA DE RICARDO

A interpretação de Sraffa focaliza a teoria da taxa de lucro proposta no *Ensaio* e nos *Princípios*.³ Quanto à teoria do valor, ele chama a atenção para o esforço de Ricardo em associar as duas teorias, algo que só se efetivou na segunda obra.

Segundo Sraffa, as evidências de como Ricardo determinou a taxa de lucro são: uma carta de Ricardo de junho de 1814, na qual ele escreve que “a taxa de lucros e de juros devem depender da proporção entre a produção e o consumo indispensável para obter a dita produção.”(Sraffa, 1959, p. XXV); uma carta de Malthus para Ricardo em 9 de agosto de 1814, onde ele escreve: “Em nenhum caso de produção o produto é exatamente da mesma natureza que o capital empregado. Por conseguinte, nunca podemos nos referir de modo adequado a uma taxa material do produto ...” (p. XXIV); e a última, a conhecida tabela do Ensaio, em que diz que “tanto o capital como o ‘produto líquido’ se expressam em termos de trigo, calculando então a taxa de lucro sem necessidade de recorrer aos preços.” (p. XXV)

Sraffa afirma, além disso, que, “desde o começo, tanto no *Ensaio* como nas cartas escritas por Ricardo, em 1814 e no início de 1815, um princípio básico era o de que ‘os lucros do agricultor são os que regulam os lucros das outras atividades’.”(p. XXIV) Esse princípio baseia-se no que se segue:

A base racional do princípio do papel determinante dos lucros na agricultura, que jamais se encontra explicitamente apresentado por Ricardo, é que na agricultura a mesma merca-

³ Para Sraffa, a teoria dos lucros de Ricardo, em termos de quantidades físicas, foi desenvolvida antes e independentemente do aparecimento da teoria da renda. Todavia, com essa última, Ricardo isolou o produto líquido como aquela parte que é dividida apenas entre salários e lucros, deixando de fora a renda.

doria, isto é, o trigo, constitui tanto o capital (compreendido como sendo composto dos gêneros de subsistência necessários aos trabalhadores) como o produto; e, conseqüentemente, a determinação do lucro mediante a diferença entre o produto total e o capital adiantado, e também a determinação da proporção entre tal lucro e o capital, se efetuam diretamente entre volumes de trigo, sem considerar a valorização(1982,p.14)

Esse argumento postula que somente uma atividade (a agricultura) não utiliza os produtos das outras atividades e que todas as outras empregam seu produto como capital. Sraffa, então, continua:

Segue-se que, se deve existir uma taxa de lucro uniforme em todos os ramos, são os valores de troca dos produtos de outros ramos relativamente aos seus próprios capitais (isto é, relativamente ao trigo) que precisam ser ajustados de maneira a fornecer a mesma taxa de lucro estabelecida na plantação do trigo. Isso porque nenhuma mudança de valor pode alterar a taxa do produto com relação ao capital, dado que ambos consistem na mesma mercadoria. (1982,p.14)⁴

A vantagem desse método de abordagem “... consiste em que, ao preço de uma considerável simplificação, compreender como se determina a taxa de lucro sem recorrer ao método de reduzir a um denominador comum todo um conjunto heterogêneo de mercadorias.”(Sraffa,1982,p.14-15)

P. Garegnani (1982)⁵ argumenta que a seguinte equação emerge da interpretação de Sraffa: $r=(P-N)/N$, onde r é a taxa de lucro; P , o trigo produzido na terra livre de renda e N são os salários em trigo; P e N são as variáveis independentes e dadas da equação. Portanto, a taxa de lucro é determinada em termos de quantidades físicas de trigo.⁶ Assim, Ricardo rejeita no *Ensaio* o ponto de vista de Smith de que “uma eleva-

⁴ Esta interpretação de Sraffa é assim resumida por Winch (1973): “Sraffa demonstrou que o argumento dependia do suposto de que todos os salários são gastos em trigo, dando à agricultura a qualidade única de ser uma atividade na qual ambos, o produto e o insumo capital (na forma de salários e semente), são medidos em termos de trigo. Isto feito, é possível calcular a taxa de lucro agrícola em termos físicos sem relação com o valor de troca. Um aumento no valor do trigo relativamente aos outros bens não pode afetar os lucros agrícolas, pois isto afeta igualmente o insumo e o produto. Se os lucros devem ser equalizados, o ajustamento tem que se dar nos ramos não agrícolas, via uma queda no valor de seus produtos relativamente ao trigo, o bem de salário comum a todos os ramos.”(p.xi-ii)

⁵ Além de Garegnani, há outros defensores da interpretação sraffiana. São eles: Eatwell (1975), Dobb (1977) e Vivo (1987). Basicamente, eles concordam em que Ricardo substituiu o trigo (no *Ensaio*) pelo trabalho (nos *Princípios*) para expressar o produto, os salários e o excedente. É digna de nota a equação dos preços dos bens em termos de trigo proposta por Vivo (1987): $p_i = wL_i(1+r)$, onde p_i é o preço da mercadoria i em termos de trigo; w é a taxa de salários (em trigo); L_i é o número de trabalhadores empregados na produção da mercadoria i e r é a taxa de lucros estabelecida na agricultura. Repare que a única incógnita na equação é o preço p_i , pois a taxa de salário é determinada independentemente dos preços. Desse modo, garante-se a uniformidade da taxa de lucro, pois, caso varie a taxa de lucro na agricultura, determinada em termos físicos, os preços dos outros setores se ajustam em termos de trigo.

⁶ Garegnani (1980) questiona se essas duas magnitudes, P e N , são também dadas quando expressas em termos de valor. Segundo ele, a resposta é sim, dado que Ricardo, nos *Princípios*, supõe que as mercadorias são trocadas de acordo com a quantidade de trabalho necessária para produzi-las. Portanto, a taxa de lucro é

ção no preço do trigo, através de seus efeitos sobre os salários, ocasiona um aumento de todos os demais preços”.

Para Sraffa, houve uma transição do *Ensaio* para os *Princípios*, isso porque o princípio fundamental de que os lucros na agricultura regulam os lucros dos outros setores desaparece na última obra: “... a teoria que sustenta que os lucros do agricultor determinam todos os demais lucros já não é mencionada nos *Princípios*, a proposição mais geral de que a produtividade do trabalho na terra livre de renda é fundamental para determinar os lucros gerais, segue ocupando uma posição preponderante.” (1959,p.XXV) Segundo Sraffa e seus seguidores, o que Ricardo propõe nos *Princípios* é uma nova base lógica para a sua teoria do lucro, a saber, em vez de quantidades físicas de trigo adotam-se quantidades de trabalho incorporado na produção das mercadorias. Nos *Princípios*, Ricardo trabalha com toda a sociedade e postula que os salários não são compostos apenas por cereais, apesar de os alimentos continuarem ocupando uma parte preponderante do salário.

Sraffa resume assim a sua interpretação da teoria da taxa dos lucros nos *Princípios*:

Nos Princípios, no entanto, Ricardo pôde demonstrar a determinação da taxa de lucros na sociedade como um todo, adotando uma teoria geral do valor, e sem se preocupar com o microcosmo formado por um ramo particular da atividade produtiva. Ao mesmo tempo, tinha condições de abandonar a simplificação de acordo com a qual os salários estavam constituídos unicamente por trigo, o que era freqüentemente atacado por Malthus, e considerá-los como se fossem compostos de vários produtos (inclusive de manufaturados), embora os alimentos continuassem ocupando entre eles uma parte preponderante. Agora era o trabalho, e não o trigo, que ocupava ambos os lados do cálculo - em linguagem moderna, aparecia como insumo e como produto: em consequência, a taxa de lucro não mais era determinada pela proporção do trigo produzido e do utilizado na produção mas, ao contrário, pela proporção do total de trabalho de um país e do trabalho necessário para produzir os gêneros de primeira necessidade para manter esse trabalho. (1982,p.15)⁷

Para Sraffa, Ricardo somente anuncia no *Ensaio* a sua teoria do valor, mas já a associa à teoria dos lucros, mesmo que de maneira incipiente. Isso pode ser visto nas seguintes passagens:

determinada também em termos de valor, haja vista que os dois montantes são agora medidos em termos de quantidades de trabalho incorporadas. Em outras palavras: “A homogeneidade necessária para achar a proporção do excedente com os meios de produção foi alcançada através do cálculo dos dois agregados em termos de trabalho incorporado direta e indiretamente nas suas produções.”(Eatwell e Panico,1987,p.449)

⁷ Winch (1973) propõe que a taxa de lucro nos *Princípios* é expressa em termos físicos, porém se se usa o insumo trabalho ao em vez do trigo como o denominador comum, isso implica que, se aumenta o montante de trabalho necessário para produzir os bens de salários em relação ao trabalho total empregado na produção de todas as mercadorias, a taxa de lucro declina.

... O valor de troca de toda mercadoria se eleva ao aumentar as dificuldades de sua produção. Portanto, se posteriormente surgem novas dificuldades na produção de trigo, se necessitará mais trabalho para obter uma quantidade determinada de trigo, e se o trabalho necessário para obter ouro, prata, tecidos, etc., seguir sendo o mesmo, o valor de troca do trigo aumentará necessariamente em relação a essas outras mercadorias. (Sraffa, 1959, p. XXVI)

... Uma redução do preço do trigo, ocasionada por melhorias na agricultura ou pela importação, reduzirá unicamente o valor de troca do mesmo sem afetar o preço dos demais produtos. Portanto, se o preço do trabalho diminui, o que pode ocorrer caso o preço do trigo baixe, os lucros reais aumentarão de todos os demais produtos. (Sraffa, 1959, p. XXVI)

Portanto, nota-se que Ricardo ainda não havia elaborado de forma consistente a relação entre a teoria do valor e a teoria dos lucros.

Em relação à teoria do valor exposta nos *Princípios*, Sraffa parte de duas idéias. A primeira é a de que a moeda ou o dinheiro, para Ricardo, é uma mercadoria igual a qualquer outra: "Assim, uma alteração nos salários não modificaria o preço das mercadorias uma vez que (se a mina de ouro da qual o dinheiro foi obtido se encontrasse no mesmo país) uma elevação nos salários afetaria o proprietário da mina de ouro tanto quanto as outras atividades. Portanto, eram as condições relativas de produção do ouro e de outras mercadorias que determinavam o preço, e não a remuneração do trabalho." (Sraffa, 1982, p. 16)

A segunda idéia é, na verdade, a descoberta por parte de Ricardo do "... curioso efeito que o aumento dos salários produz sobre os preços daquelas mercadorias que são obtidas principalmente pelo uso da maquinaria e de capital fixo." (Sraffa, 1982, p. 16) Tais idéias se contrapunham à teoria do valor de Smith, segundo a qual, com a acumulação de capital e com o aparecimento da propriedade privada, os valores são dados pela soma de salários, lucros e rendas.

Isso posto, Sraffa afirma que é na última edição dos *Princípios* que Ricardo formula de maneira completa a teoria do valor trabalho. Há de se ter presente que a principal preocupação de Ricardo no capítulo sobre o valor era identificar as causas de variações nos valores relativos das mercadorias. A lei do valor, ou regra mais adequada para medir o valor relativo, é aquela que diz que "o valor de uma coisa é regulado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção", ou "que as mercadorias se trocam de acordo com a quantidade de trabalho necessária para a sua produção". Assim, tem-se como primeira causa o aumento ou diminuição da quantidade de trabalho necessária para produzir as mercadorias. As "exceções" à regra são decorrentes de diferentes proporções de capital fixo e circulante, de diferente durabilidade do capital

fixo e de diferentes períodos de tempo que os bens levam para chegar ao mercado (ou diferente durabilidade do capital circulante) nas diferentes atividades produtivas. Ao levá-las em conta, introduz-se uma outra causa de variação do valor relativo, qual seja elevação ou queda dos salários.⁸ Essa causa só não opera se as mercadorias forem produzidas sob as mesmas condições de produção ou se a proporção dos meios de produção em relação ao trabalho for uniforme para todas as mercadorias.

Portanto, têm-se duas causas de variação dos valores relativos: a maior ou menor quantidade de trabalho necessário para produzir os bens e o aumento ou diminuição dos salários. Embora isso seja verdade, Ricardo considera que a última causa de variação tem efeitos mínimos sobre os preços comparados com a quantidade de trabalho incorporado nas mercadorias. Daí a afirmação de que “... a primeira nunca é suplantada pela última, mas apenas modificada por ela’.” Isto é, Ricardo admitia que a sua regra geral sofria modificações, porém as considerava de pouca monta, tanto que insistia em que a quantidade de trabalho realizado nas mercadorias era a regra mais adequada para medir o valor relativo.

Conforme Sraffa, associado ao problema do valor tem-se o principal problema ricardiano, qual seja, o da divisão do produto nacional entre as classes: “...como encontrar uma medida de valor que permanecesse invariável face a alterações na divisão do produto; por que, se uma elevação ou uma queda nos salários provocasse por si mesma uma alteração na magnitude do produto social, seria muito difícil determinar com exatidão os efeitos sobre os lucros.” (1982,p.25)

A solução de Ricardo, embora reconhecesse a não-existência de uma medida perfeita, foi propor a moeda como padrão ou medida de valor invariável, “produzida com uma proporção tal de ambas as classes de capital [fixo e circulante] que se aproxima o máximo possível da quantidade média empregada na maioria das mercadorias” ou “produzida com as proporções dos dois tipos de capital mais próximos possíveis da quantidade média”.⁹ Assim, caso haja um aumento de salários ou queda dos lucros, alguns bens sobem de preço e outros baixam, dependendo do lado da média em que estejam situados. Sraffa, então, conclui: se as mercadorias forem medidas com tal pa-

⁸ A propósito, Sraffa esclarece que, para Ricardo, o termo *salários* descreve salários proporcionais, ou seja, quando se fala em elevação ou queda dos salários, está se referindo “... à *proporção* do produto total destinada ao trabalho, e não à quantidade absoluta de mercadorias recebida pelos trabalhadores.” (Sraffa,1982,p.27)

⁹ Conforme Sraffa, “... o padrão adotado na 3ª edição foi equiparado efetivamente ao da 1ª edição pela afirmação de que ‘uma mercadoria produzida pelo trabalho empregado durante um ano é uma média entre extremos de mercadorias produzidas, de um lado, pelo trabalho e adiantamentos muito superiores a um ano e, do outro, pelo trabalho empregado durante apenas um dia e sem nenhum adiantamento, e, na maioria dos casos, a média representa um desvio muito menor da verdade do que se qualquer dos extremos fosse usado como medida.’ (1982,p.23)

drão “... o preço médio de todas as mercadorias e o seu valor agregado, não seriam afetados por uma elevação ou queda dos salários.”(1982,p.22)

Stigler (1952) parte da idéia de que Ricardo tomou emprestadas a teoria da população de T. R. Malthus e a teoria da renda de Edward West, sintetizando-as em uma teoria geral do valor e distribuição. A teoria da população é o primeiro pilar do sistema ricardiano. De acordo com ela, a taxa de crescimento da população é maior do que a taxa de crescimento dos alimentos, mesmo levando em conta inúmeros fatores que colocam em xeque o crescimento populacional, tais como guerras, miséria, etc. Ainda conforme tal teoria, a longo prazo, os salários são sempre iguais num nível fixo (de subsistência).¹⁰

A teoria da renda postulava que, em virtude da necessidade de se recorrer a terras de qualidade inferior ou pelo uso mais intensivo da terra, a agricultura apresentava retornos decrescentes. Esta teoria pode ser assim resumida: supondo que a demanda de trigo cresça, exige-se um aumento do emprego de capital, porém com menores vantagens; o trigo que é produzido com menor custo é vendido pelo mesmo preço que o trigo produzido com maior custo; os agricultores recebem os lucros normais sobre o capital, inclusive os que produzem com maiores custos; o lucro adicional, ou seja, aquela parte do produto que é obtida a um menor custo vai para o proprietário da terra sob a forma de renda.¹¹

O sistema do *Ensaio* baseia-se nos seguintes pressupostos:

1. na produção doméstica de trigo há retornos decrescentes em relação à dose de capital que é constituída de capital fixo (edifícios, máquinas, etc.) e capital circulante (são os adiantamentos aos trabalhadores, sendo determinado pela quantidade de trabalho e a taxa de salário);
2. o retorno da dose de capital é igual ao produto marginal, isto é, o custo de produção é igual ao preço;

¹⁰ Stigler (1952) reconhece, porém, que, ao tratar de salários, distinguindo-os entre salários de mercado e natural, Ricardo praticamente ignorou a teoria malthusiana e que, além disso, questionou a taxa aritmética de crescimento dos alimentos de Malthus.

¹¹ Para Stigler, Ricardo, na sua formulação da teoria da renda, foi além de West em um ponto ao analisar os efeitos de avanços técnicos na agricultura sobre a renda. Os avanços foram classificados em dois tipos: aqueles que poupam terra e aqueles que reduzem a quantidade de trabalho necessária para produzir um dado produto em uma dada terra. No curto prazo, supondo que a quantidade demandada de trigo seja independente de seu preço e que, por causa do avanço técnico, a curva do produto marginal do trabalho se desloque para cima em um montante constante, conclui-se que a renda se reduz; no caso do segundo avanço, o efeito sobre a renda depende de mudanças na forma da curva do produto marginal do trabalho. A longo prazo, supondo que a curva do produto marginal de capital e trabalho seja mais elevada do que a do custo de capital e trabalho e que a oferta de trabalho seja infinitamente elástica a um dado salário real, conclui-se que as melhorias beneficiam os proprietários de terra.

3. o retorno sobre o capital na agricultura fixa a taxa de retorno que é obtida nas outras atividades ou ramos (a concorrência trata de equalizar as taxas de lucros);¹²
4. a renda da terra é igual ao produto total menos o produto entre o montante de capital na agricultura e a sua taxa de lucro;
5. apenas alimentos entram no orçamento do trabalhador;
6. a demanda de trigo é absolutamente inelástica em relação ao preço;
7. não há progresso técnico;
8. o capital circulante e o capital fixo estão em proporção fixa. Stigler afirma, então, que o sistema do *Ensaio* é incompleto, isto porque “... na falta de teorias da população e da acumulação de capital mais explícitas, o produto agregado da economia não é determinado. O sistema determina a divisão do produto entre proprietários de terra e os outros, mas não entre capitalistas e trabalhadores.” (1952,p.201) De fato, para Stigler, Ricardo negou nesta obra que a divisão entre lucros e salários seja determinada, citando como prova a seguinte passagem do *Ensaio*: “Como a experiência demonstra que o capital e a população assumem alternadamente a dianteira e os salários, por conseqüência, são altos ou baixos, nada pode ser positivamente dito a respeito dos lucros, enquanto forem considerados os salários.” (1952,p.201)

Isso posto, Stigler observa que o *Ensaio* contém dois elementos do sistema ricardiano, a teoria da renda e a influência dominante dos retornos decrescentes na agricultura sobre a taxa de lucros, e que o sistema completo, apresentado nos *Princípios*, contém dois outros elementos: a teoria dos salários de subsistência e a medida de valor.¹³

¹² Stigler comenta que Ricardo defende essa proposição da seguinte maneira: “Dada a população, a demanda de alimentos é fixa em quantidade. Salvo se a população variar, o produto em trigo não varia, e portanto - na ausência de avanços tecnológicos na agricultura - o investimento na agricultura é fixo. A concorrência não permitirá duas taxas de lucro; por conseguinte a taxa de lucro nas atividades não agrícolas tem que ser igual à da agricultura.” (1952,p.201)

¹³ Hollander (1988) discorda desse ponto de vista, pois, segundo ele, tanto na correspondência de 1814 como no *Ensaio*, é visível a teoria da subsistência, incluindo o mecanismo da população, e, além disso, a necessidade de uma medida do valor - embora sua construção efetiva tenha se realizado somente nos *Princípios*. Hollander comenta ainda que, no *Ensaio*, o salário real é suposto constante na tabela, porém não necessariamente no nível de subsistência e que, nos *Princípios*, tal suposto serve simplesmente como um “artifício analítico simplificador”.

O sistema dos *Princípios*, por sua vez, tem os seguintes pressupostos:

1. em concorrência, os preços, em média, são iguais aos seus custos de produção;¹⁴
2. todas as despesas são classificadas em duas classes, capital circulante, utilizado em períodos curtos (um ano ou menos), e o capital fixo, que dura mais tempo;
3. a estrutura dos salários é estável;¹⁵
4. a durabilidade do capital fixo varia de um setor para o outro e também o valor das máquinas por trabalhador; portanto, um aumento nos salários causa variação no valor relativo dos bens (no entanto, esta causa é de pouca importância quando comparada com a variação na quantidade de trabalho necessária para produzir as mercadorias);¹⁶
5. tem-se uma medida de valor próxima da ideal¹⁷, o ouro, que é produzido com uma relação média de trabalho e capital (este último com durabilidade média);
6. há um salário de subsistência;
7. a demanda de trigo é inelástica;
8. não há progresso técnico;
9. e a Lei de Say vigora.

Dado o problema básico de Ricardo que é a distribuição do produto total entre os diferentes fatores produtivos e os supostos acima, Stigler desenvolve um exemplo, aos moldes dos de Ricardo, do qual se obtêm os seguintes resultados: com o progresso do capital e da população, há de se recorrer a terras de qualidade inferior; o produto bruto cresce, porém a taxas decrescentes; o preço do trigo em moeda sobe a uma taxa igual à da queda do produto de uma qualidade de terra para a outra; a consequência disso é a elevação da taxa de salário na mesma proporção do aumento do preço do

¹⁴ Para Stigler, esses custos são as várias despesas do empresário durante o processo produtivo. Ele comenta que as rendas pagas pelo uso da terra são um tipo especial de custo, chamadas de “transferências de pagamentos”, e que são desconsideradas ao se tratar dos custos nas margens extensiva ou intensiva.

¹⁵ Isto é, “... nós podemos tratar um trabalhador qualificado como, por exemplo três não qualificados, se o salário do primeiro for três vezes o do trabalho não qualificado.” (Stigler, 1952, p. 202)

¹⁶ Stigler (1958) chama a teoria do valor de Ricardo de uma “teoria do valor trabalho empírica”, isto é, uma teoria na qual as quantidades relativas de trabalho necessárias na produção das mercadorias constituem-se no **principal determinante**, mas não no único, dos valores relativos; em outras palavras, Ricardo propunha uma teoria do custo de produção, ou seja, o custo de produção incluía salários e lucros, mas excluía a renda. Esta teoria se distinguia da “teoria do valor trabalho analítica”, na qual apenas as quantidades de trabalho determinam os valores relativos.

¹⁷ Pois a medida perfeita não existe, qual seja, uma medida de valor independente de flutuações das taxas de salário e lucro: “As variadas proporções de capital fixo e circulante e as diversas durabilidades de capital fixo implicam que, dada uma mudança na relação das taxas de salário com as taxas de lucro, os valores dos bens variarão diferentemente, dependendo da escolha da mercadoria usada para medir os seus valores.” (Stigler, 1952, p. 202)

trigo, o aumento dos pagamentos de renda nas terras intramarginais e a queda da taxa de lucro, ou seja, "... com o crescimento da população, a taxa de salários aumenta, a taxa de lucro cai e as rendas agregadas aumentam - tudo em termos da medida de valor." (Stigler, 1952, p. 203) Stigler então conclui: "O produto de uma dada quantidade de capital e trabalho, seja grande ou pequeno, tem sempre o mesmo valor [na terra marginal]; portanto, quanto maior o valor do trabalho (salários), menor será o valor do capital (lucros)."

Isso posto, Stigler faz duas afirmações conclusivas: a taxa de lucros na terra marginal determina a taxa obtida na terra de qualidade superior; o teorema básico de Ricardo sobre distribuição, qual seja, um aumento de salários reduz os lucros, depende rigorosamente da sua medida de valor; embora reconheça que, sob determinadas condições, Ricardo postule a relação entre salários e lucros mesmo em termos de moeda comum.

As implicações da teoria de Ricardo referem-se à tendência natural dos lucros, salários e renda: na ausência de progresso técnico na agricultura e com o progresso da sociedade e da riqueza, os lucros decrescem porque mais e mais trabalho é dispendido na produção de alimentos; os salários do trabalhador aumentam porque o preço dos bens de primeira necessidade aumenta, e as rendas também crescem a fim de estabelecer a uniformidade da taxa de lucro entre as diversas qualidades de terra e atividades; o limite do processo de acumulação de capital é uma taxa de lucro bastante baixa, ou seja, é o estado estacionário, no qual nem o capital nem a população crescem mais - o estado estacionário estava próximo ou longe, dependendo do embate entre progresso tecnológico e os retornos decrescentes e se houvesse comércio livre de trigo.¹⁸

A interpretação de Hollander vista aqui enfoca as teorias do valor e da distribuição do *Ensaio* e dos *Princípios*.¹⁹

Segundo Hollander, a principal variável sob investigação no *Ensaio* é a taxa geral de lucros, cujo determinante fundamental é o custo de produção dos alimentos.²⁰ Nas palavras de Ricardo: "Os lucros do capital decrescem por que não se pode obter terra de igual fertilidade e, ao longo do processo contínuo da sociedade, os lucros são regulados pela *dificuldade ou facilidade de conseguir alimentos*. [...] Os lucros dependem por-

¹⁸ Algumas críticas à teoria de Ricardo que Stigler aponta: a população não estava no nível de subsistência; a estrutura ocupacional da força de trabalho e dos salários não era estável; os avanços tecnológicos na agricultura não eram negligenciáveis nem esporádicos e o progresso técnico nos setores não agrícolas poderia contrabalançar os retornos decrescentes na agricultura.

¹⁹ Portanto, deixa-se de lado toda a longa abordagem de Hollander (1988) sobre a correspondência de Ricardo, as suas discussões e discordâncias com diferentes interpretações de Ricardo e também a sua visão sobre pontos como crescimento econômico, alocação de recursos, lei de mercados, entre outros, em Ricardo.

²⁰ Aliás, para Hollander, Ricardo defendia tal posição já na sua correspondência de 1813 e 1814.

tanto do preço ou mais exatamente do valor dos alimentos.” (Hollander,1988,p.127) Além disso, para ele, no *Ensaio* “... Ricardo limita conscientemente a análise do crescimento a fim de centrar-se *somente* nos efeitos dos rendimentos decrescentes.” (p.357)

Os pressupostos do modelo do setor agrícola são: o salário real por homem é constante, isso porque o capital e a população crescem numa “proporção adequada”; a tecnologia na agricultura também é constante; os lotes de terra são igualmente férteis, porém estão situados a distâncias crescentes do mercado, portanto, o capital exigido a fim de render os mesmos resultados é crescente; a relação entre capital e trabalho é um dado tecnológico; o trigo é o *numeraire*.

A determinação e a queda da taxa de lucro no setor agrícola é assim resumida por Hollander:

... supõe-se que o capital (inicial) de um agricultor consiste no 'valor de duzentos quarters de trigo' (dos quais 100 representam o capital fixo e 100 o capital circulante) e que 'o valor do produto restante' - após a manutenção do capital - equivale a 'cem quarters de trigo ou [é] igual ao valor de cem quarters', assim sendo, a taxa de lucro é igual a 100/200 ou 50%. A adição de 300 quarters requer um capital de 210 quarters ou de preferência o 'valor' de 210 quarters, desse modo a taxa de lucro declina para 90/210 ou 43%. E dado que a taxa comum é 'regulada pelos lucros obtidos no emprego de capital menos lucrativo na agricultura', 14 quarters dos lucros do agricultor original são transferidos, através do processo de concorrência, ao proprietário de terra como renda, desse modo, a taxa de lucro sobre o capital intra-marginal cai para 43%. (1973,p.274)

Portanto, têm-se os seguintes resultados: o produto líquido total agrícola (renda mais lucros) aumenta com a acumulação de capital; os lucros totais aumentam inicialmente, mas, posteriormente, decrescem; a taxa de lucro declina desde o começo; a proporção entre a renda e o capital agrícola, ou seja, a participação do proprietário de terra aumenta.

Segundo Hollander, alguns supostos do modelo mais geral do *Ensaio* são: o valor de troca de uma mercadoria depende dos custos reais (a “dificuldade de produção”), em outras palavras, os preços das mercadorias são regulados pelos seus custos de produção; os preços das mercadorias manufaturadas permanecem inalterados durante o processo de acumulação de capital; “o aumento da taxa de salários monetários não altera a estrutura de preços, em particular os preços relativos dos produtos agrícolas e manufaturados, nem o nível de preços”, em outras palavras, “a taxa de salários monetários não gera mudanças no preço final”; quando varia o valor dos metais preciosos, os preços de todas as mercadorias vêm-se afetados; os termos de troca entre ouro e as outras mercadorias determina-se unicamente pelos custos relativos de produção; finalmente, apenas o trigo entra na cesta salarial. Assim, dado que os preços dos bens ma-

nufaturados são constantes, a taxa de lucro das manufaturas decresce porque os salários monetários sobem com a elevação do preço do trigo.

Outro elemento importante do modelo do *Ensaio* considerado por Hollander diz respeito à suposição de que a demanda doméstica de trigo é função apenas do tamanho da população e, portanto, completamente inelástica com relação ao preço. Assim, dada a população, a margem de cultivo é determinada e, conseqüentemente, a taxa de lucro agrícola. Em outras palavras:

Se se fixa a margem agrícola, a produtividade do trabalho (e do capital) na terra não varia e por conseguinte tampouco o preço do trigo. Se, além disso, a taxa de salários monetários depende apenas do preço do trigo, também será constante, de tal maneira que a taxa de lucros da agricultura permanece constante. Neste caso o único caminho de alcançar a igualdade global é o de que a taxa de lucros nos outros setores se ajusta por consequência da expansão do comércio e manufaturas. (Hollander,1988,p.135)

Hollander se diz insatisfeito com essa conclusão, primeiro porque “... Ricardo parece isolar duas causas de influência (separadas) sobre os lucros - no setor agrícola, a queda da produtividade agrícola, e nas manufaturas, a elevação dos salários monetários (como reflexo do alto preço do trigo).”(1988,p.130) Mais tarde, nos *Princípios*, Ricardo sustentaria que apenas os salários monetários são os responsáveis pela queda dos lucros em todos os setores. Segundo, porque Ricardo, ao supor que apenas o trigo entra na cesta salarial, “... deixou de considerar explicitamente as implicações das importações mais livres ou mudanças tecnológicas no caso de mercadorias de salário manufaturadas e se viu levado a afirmar, sem advertências, que, uma vez dada a margem de cultivo, a taxa de lucros é determinada automaticamente.”(1988,p.130)

Para Hollander, as afirmações explícitas que Ricardo fez no *Ensaio*, dando conta do papel determinante dos lucros agrícolas, significam, primeiro, que a produtividade agrícola influi sozinha nos lucros, no caso de o trigo ser o único componente da cesta salarial, e, segundo, que a influência se dá via o efeito do preço do trigo sobre os salários monetários. No caso de a cesta salarial incluir outras mercadorias, além do trigo, então uma alteração dos seus preços também altera a taxa geral de lucros, via salários monetários. No seu entender, a formulação da tabela ou o chamado “modelo do trigo”²¹ tem pouco significado para Ricardo, tanto que afirma: “A essência do *Ensaio* é, sem dúvida, a de que variações na taxa de salário em moeda - por sua vez determinada em grande parte (porém não necessariamente na sua totalidade) pelo

²¹ A bem da verdade, deixou-se de lado o tratamento exaustivo que Hollander faz sobre a tabela do *Ensaio*, mesmo porque, para ele, “... o cálculo em trigo da tabela não suporta o peso que Sraffa deseja que recaia sobre ele. A tabela serviu simplesmente para descrever o tema principal de Ricardo, a queda secular da taxa de rendimentos, da maneira mais simples concebível.” (1988,p.151)

preço do trigo - não se refletem nos preços finais, de tal modo que a taxa de lucro se move inversamente.” (Hollander,1973,p.282) Em outras palavras, “... que variações na taxa de salário monetário, por consequência de mudanças nos preços dos bens de salário, serão acompanhadas de movimentos inversos na taxa geral de lucro.” (p.260)²²

Quanto à questão da transição do *Ensaio* para os *Princípios*, o ponto de vista de Hollander é de que ela não foi drástica como propõe Sraffa. Vários motivos levam Hollander a discordar de Sraffa quanto a esse ponto, dos quais o principal é que o argumento básico “de que as variações na taxa de salários monetários, como consequência da mudança do preço das mercadorias salário vão acompanhadas de movimentos inversos da taxa geral de lucros”, é o mesmo tanto no *Ensaio* como nos *Princípios*.

A interpretação de Hollander das teorias do valor e da distribuição dos *Princípios*²³ salienta que Ricardo, ao discordar do enfoque smithiano acerca do valor e da distribuição, chegou à seguinte inovação: o aumento geral dos salários implica redução dos lucros, porém sem afetar o nível de preços.

Quanto ao modelo básico, parte-se da proposição de que o interesse principal de Ricardo era sobre os determinantes da taxa de lucro do capital, e não sobre as participações globais no produto, e que tinha como objetivo relacionar a taxa de lucros com o valor dos salários per capita. Sobre isso Hollander afirma: “... Ricardo estava preo-

²² Dentre as críticas de Eatwell (1975) a essa interpretação de Hollander, as principais são: Hollander não soube distinguir duas linhas inter-relacionadas da análise de Ricardo da formação da taxa geral de lucro, quais sejam, Ricardo situou sua teoria dentro das “condições de produção” e procurou isolar aquelas mercadorias cujas condições de produção são elementos determinantes da taxa geral de lucro; Hollander confundiu o elemento permanente (a concepção da origem do excedente na produção e da taxa de lucro na produção dos bens de primeira necessidade) na teoria de Ricardo com o que foi abandonado (um único bem de salário que se auto-reproduz); finalmente, Hollander obscureceu o significado do *Ensaio*, qual seja, o de ser a primeira formulação de uma teoria da distribuição baseada no conceito de excedente, isto é, de uma relação dedutiva entre salários e lucros. Já Garegnani (1982) aponta três pontos contrários à interpretação de Hollander: “(i) Hollander falhou na explicação de como o Ricardo de 1813-1814 chegou a relação inversa do salário e da taxa de lucro [por que não considerou que só entre agosto de 1814 e fevereiro de 1815 que Ricardo rejeitou a opinião de Smith de que todos os preços são regulados pelo preço do trigo]; (ii) é somente atribuindo a Ricardo um uso de linguagem excepcional que Hollander pode explicar a presença do princípio do papel determinante dos lucros dos agricultores no *Ensaio* [Hollander considerou equivalentes as expressões “lucros do agricultor” e “estado da produtividade agrícola”]; (iii) (...) Hollander parece esquecer as vezes que o raciocínio baseado no suposto de que o capital na agricultura é composto exclusivamente de trigo é afirmado por Sraffa com o ‘fundamento racional’ do argumento de Ricardo, isto é, afirma-se que ele é a base lógica de suas primeiras conclusões sobre os lucros.” (1982,p.65-66)

²³ Frente ao grande número de temas relacionados à economia de Ricardo que Hollander (1988) aborda, optou-se por considerar apenas o seu enfoque acerca das teorias do valor e da distribuição dos *Princípios*. Tal opção se justifica porque o próprio autor afirma que, nos seis primeiros capítulos da obra de Ricardo, define-se o “núcleo teórico” aplicado a uma economia fechada. Este núcleo teórico é nada mais nada menos do que o modelo básico visto a seguir, baseado no qual Ricardo deduz a relação inversa entre salários e lucros, chamada por Hollander de o teorema fundamental da distribuição.”

cupado predominantemente com as taxas de salários e de lucros, e não tratou de explicar a participação das classes no rendimento global.”(1988,p.578)

Os principais pressupostos do modelo básico são:

1. em nível geral, as proporções dos fatores de produção são iguais para produzir as mercadorias, isto é, o valor das mercadorias, incluindo os metais preciosos, depende da quantidade total de trabalho necessária para obter a mercadoria e colocá-la no mercado;²⁴
2. a economia é fechada;
3. o ouro é o meio geral de medir o valor das demais mercadorias, ou seja, é a medida invariável de valor (o seu preço mantém-se constante quando se produz uma variação nos salários), pois supõe-se que o insumo trabalho seja constante na sua produção;
4. os preços dos bens manufaturados não variam com uma alteração dos salários;
5. as mercadorias consideradas são aquelas que podem ter suas quantidades aumentadas via trabalho;
6. a concorrência opera sem restrições;
7. a cesta de salários é mista, ou seja, contém outros produtos além do trigo;
8. o capital não é reduzido a adiantamentos em salários;
9. a força de trabalho total é dada;
10. no setor agrícola se produz sob rendimentos decrescentes;
11. a tecnologia é dada;
12. o período de produção das mercadorias é idêntico ao da medida de valor.

Com esses pressupostos, principalmente o primeiro e o terceiro, Ricardo superou o seu principal problema: assegurar a constância do valor do produto a ser repartido entre lucros e salários, em termos de ouro, quando se produzem variações na distribuição, isto é, variações da taxa de salários não afetam o preço relativo dos bens e pode-se, então, assegurar que não ocorrem mais variações “nominais” no produto a ser distribuído. Hollander nota que Ricardo justificou tal procedimento dizendo que, empiricamente, mudanças na taxa de salário têm efeitos pequenos sobre os valores relativos comparados com os efeitos de alterações no insumo trabalho.

²⁴ Com esse expediente, Ricardo deixa de lado a questão das perturbações da estrutura de preços causadas por variações dos salários (ou por alterações na taxa de lucro), tratada no primeiro capítulo dos *Princípios*. Lembra-se que com “a presença de proporções diferentes dos fatores implica uma alteração da estrutura de preços devida a variações na taxa de salários”. Portanto, nos cinco capítulos seguintes, somente variações do insumo trabalho é que causam variações nos valores relativos. Para Hollander, Ricardo não considerou outras fontes de perturbações da estrutura de preços, tais como mudanças exógenas no período de produção ou no coeficiente de capital.

No modelo básico distinguem-se os aumentos da taxa de salários, que podem ser identificados com um aumento da parte dos salários no produto e dos que não podem ser assim identificados:

Concretamente, um aumento da taxa de salários que reflete um aumento do custo de produção dos bens de salário ou uma cesta de salários maior (em condições de produtividade constante) pode identificar-se com um aumento da participação dos salários no produto (livre de renda), ao passo que um aumento puramente nominal da taxa de salários - que reflete uma alteração das condições de custo do meio monetário - deixa sem variação a parte dos salários ... (Hollander,1988,p.244)

É importante também observar que a distinção entre o aumento da taxa de salários “nominais” que não reduz a taxa de rendimentos, e o aumento da taxa de salários “reais”, que o faz, está relacionada com a afirmação de que “no primeiro caso não se dedica uma maior proporção do trabalho anual do país para o sustento dos trabalhadores’, enquanto que, no outro, “se dedica uma proporção maior”. Nas condições ideais que justificam o uso de uma medida de trabalho, o aumento do insumo trabalho nos bens salário (ou o aumento da taxa de salários “em moeda”) implica um aumento da participação proporcional do trabalho no valor do produto.(Hollander,1988,p.186)

Essa distinção é importante porque Ricardo defendia a idéia de que “qualquer aumento dos salários reais per capita (que se reflete na taxa de salários “em moeda”) aumentará a parte proporcional dos salários no valor do produto total”. Além disso, como a taxa de lucros é uma função direta da participação dos lucros no produto livre de renda e uma função inversa da participação dos salários no mesmo produto, portanto, um aumento da participação dos salários que se reflete em um aumento dos salários expressa os em termos de ouro, que é a medida de valor, implica uma queda da taxa de lucro e uma alteração na estrutura de preços.

Hollander conclui, então, que essa discussão pode evitar qualquer referência às partes do produto total, pois “... um aumento dos salários ‘reais’ per capita [ou um aumento dos salários ‘em ouro’ per capita] aumentará a parte dos salários no produto *per capita*.”(Hollander,1988,p.239) Assim, chega-se à relação inversa entre a taxa de lucros e o salário *per capita* ou ao que Hollander chama de “teorema fundamental da distribuição”. A propósito, essa é a contribuição original de Ricardo em relação à análise smithiana: a de distinguir os aumentos da taxa de salários que implicam uma mudança na distribuição do produto livre de renda dos aumentos da taxa de salários que não implicam tal mudança. Portanto, os aumentos da taxa de salário não são, necessariamente, inflacionários, desde que os capitalistas não transfiram com uma alta generalizada dos preços o aumento dos salários.

3 CONCLUSÕES

Com relação ao *Ensaio*, Sraffa e Stigler concordam quanto aos seguintes pontos:

- a) a taxa de lucro é determinada em termos de quantidades físicas sem referência ao valor;
- b) a taxa de lucro no setor agrícola determina as taxas de lucro das demais atividades;
- c) não há uma teoria do valor acabada e relacionada com a teoria da distribuição.

A interpretação de Hollander discorda das anteriores ao enfatizar a relação inversa entre os salários monetários e as taxas de lucro e ao afirmar que o nível de produtividade agrícola na margem de cultivo é o único determinante das taxas de lucro desde que o trigo seja o único componente da cesta de consumo do trabalhador.

Quanto aos *Princípios*, Sraffa e Stigler concordam, em primeiro lugar, em que o principal problema ricardiano é o da distribuição da renda; em segundo lugar, que, entre as causas de variação dos valores relativos, a principal é a variação na quantidade de trabalho necessária para produzir as mercadorias; em terceiro lugar, com a existência de uma medida de valor próxima da ideal, qual seja, o ouro produzido com as proporções dos dois tipos de capital (circulante e fixo) mais próximos da quantidade média empregada na maioria das mercadorias. Hollander discorda apenas da principal preocupação ricardiana que, segundo ele, é sobre os determinantes da taxa de lucro, e não sobre as participações das classes na renda total.

Entretanto, enquanto a interpretação sraffiana afirma que a taxa de lucro é determinada pela proporção do total de trabalho de um país e do trabalho necessário para produzir os gêneros de primeira necessidade para manter esse trabalho, as interpretações de Stigler e Hollander concordam que, com o progresso da sociedade em termos de capital e população, a taxa de lucro cai em decorrência do aumento da taxa de salários monetários, a qual, por sua vez, aumenta por causa do aumento do preço dos bens de salário.

BIBLIOGRAFIA

BHARADWAJ, Krishna (1978). O valor através de uma distribuição exógena. In: HARCOURT, G.C.; LATING, N. F. (Coord.). *Capital e crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Interciência.

DOBB, Maurice (1977). *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença.

EATWELL, John (1975). The interpretation of Ricardo's *Essay on profits*. *Economica*, p.182-187, maio.

GAREGNANI, Pierangelo (1980). Sobre a teoria da distribuição e do valor em Marx e nos economistas clássicos. In: *Progresso técnico e teoria econômica*. São Paulo: Hucitec. p.1-38.

____ (1982). On Hollander's interpretation of Ricardo's early theory of profits. *Cambridge Journal of Economics*, 6, p.65-77.

____ (1983). Ricardo's early theory of profits and its 'rational foundation': a reply to Professor Hollander. *Cambridge Journal of Economics*, 7, p.175-78.

HOLLANDER, Samuel (1988). *La economía de David Ricardo*. México: Fondo de Cultura Económica.

RICARDO, David (1815). *An essay on the influence of a low price of corn on the profits of stock*. 2. ed. Londres, impresso por John Murray. p.8-41.

____ (1973). *The principles of political economy and taxation*. Londres: Everyman's Library.

SRAFFA, Piero (1959). Introducción. In: *Obras y correspondencia de Ricardo*. México: Fondo de Cultura Económica. p.XI-XLV. (Princípios de Economia Política, I).

____ (1982). Introdução. In: *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural. p.3-35.(Coleção Os Economistas)

STIGLER, George J. (1952). The Ricardian theory of value and distribution. *Journal of Political Economy*, v.LX, n.3, p.187-207, jun.

VIVO, G. de (1987). RICARDO, David (1772-1823). In: *The new palgrave: a dictionary of economics*. Londres: Macmillan Press Limited. v.4, p.183-98.

WINCH, Donald (1973). Introduction. In: *The principles of political economy and taxation*. Londres: Everyman's Library. p.v-xviii.

SYNOPSIS

RICARDO 'S ECONOMY FROM THREE POINTS OF VIEW

This study analyses Ricardo's Economy from Sraffa's, Stigler's and Hollander's point of view. The interpretations of Sraffa's and Stigler's Essay agree that Ricardo determined the profit rate in terms of the physical quantities of the product. And the interpretations of Stigler's and Hollander's Principles also agree that profit rates fall is the raise of the wage monetary tax.

Key-words: Ricardo's Economy, distribution and value theories.

SINOPSIS

LA ECONOMIA DE RICARDO BAJO TRES PUNTOS DE VISTA

Este artículo analiza la economía de Ricardo bajo los puntos de vista de Sraffa, Stigler y Hollander. Después del resumen de las interpretaciones, se concluyó que las interpretaciones del Ensaio de Sraffa y de Stigler están de acuerdo en que Ricardo determina la tasa de lucro em términos de las cantidades físicas del produto y que las interpretaciones de los Principios de Stigler y Hollander están de acuerdo en que lo que origina la reducción de las tasas de lucro es la elevación de la tasa de salário monetário.

Palabras clave: economía de Ricardo, teoria de la distribución y del valor.